

Boletim Últimas da Mata Atlântica nº 47 - 12 de julho de 2006

Nesta edição quinzenal do boletim da RMA, você vai saber em primeira mão, um pouco do trabalho que está sendo elaborado pelo Iesb e universidades para o mapeamento dos remanescentes de Mata Atlântica no País. E ainda ficará por dentro de como sua entidade poderá participar das oficinas de capacitação do PDA, uma excelente oportunidade de obtenção de recursos para realização de projetos.

Ainda: a participação da RMA no seminário sobre restauração de Áreas de Preservação Permanente em Brasília, várias ações de ONGs, dicas de eventos e a repercussão das iniciativas de senadores em votarem um decreto legislativo para que seja implantado o maior empreendimento de Carcinicultura do País no Sul da Bahia.

E não se esqueça de se cadastrar no site da RMA (www.rma.org.br) para receber o boletim Últimas da Mata Atlântica. Até o lançamento do novo site da RMA este informativo será montado no programa Microsoft Word e disponibilizado em PDF.

Em breve estaremos com nosso novo site.

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

[GT de APPs participa de seminário em Brasília](#)

[RMA marca presença no III Jamboree](#)

[Confira datas de oficinas do PDA nas regiões Sul e Nordeste](#)

[Iesb trabalha em novo mapeamento para Mata Atlântica](#)

[Soluções para espécies invasoras são apresentadas em livro](#)

[Confronto de interesses em torno de Abrolhos](#)

[Prazo para projetos do FNMA vai até 10 de agosto](#)

EM BALAIO

[RS terá recursos para acidentes ambientais](#)

[Bactérias da Mata Atlântica surpreendem pesquisadores](#)

:: RMA

Secretaria executiva está de mudança em BSB

A Rede de ONGs da Mata Atlântica continua fazendo as pequenas reformas na futura sede da secretaria executiva. Provavelmente, o próximo boletim será editado na nova sede, que ficará no final da Asa Sul, mais próximo do aeroporto de Brasília. O endereço será SCRS 515, Bloco B, N° 27, 2° pavimento. Ainda não estão definidos os números de telefone.

Aguardem mais detalhes nos próximos boletins.

Membros do GT APP se encontram em seminário na Capital Federal

Antes de participar do seminário sobre Restauração de Áreas de Preservação Permanente, que começa hoje, dia 12 de julho, integrantes do Grupo Temático de APPs e Reserva Legal da RMA têm uma reunião pela manhã e parte da tarde para debater as posições da Rede no evento. O seminário, que está sendo promovido pelo MMA/Conama, acontece de hoje até sexta-feira, 14, no auditório Petrônio Portella, no Senado Federal.

Participarão do encontro, os membros do GT: Tiago Sartori (Projeto Copaíba/SP), Cristina Chiodi (AMDA/MG), Elizete Siqueira (IPEMA/ES), Marilda Silva (ISM/MG), Leonardo Barcellos (Ipanema/RJ), Cíntia Barenho (CEA/RS), Kláudio Nunes (Vidágua/SP), Káthia Monteiro (NatBrasil/RS), Paulo Melo (Macambira/AL) e Ludmila Pugliese (Ibio/RJ).

No seminário, várias entidades da RMA contarão um pouco do seu trabalho na mesa "Experiências de ONGs", que será coordenada pela representante da RMA Kathia Vasconcellos Monteiro, no dia 13, quinta-feira. Miriam Prochnow (APREMAVI/SC) falará sobre restauração de mata ciliar em pequenas propriedades da região Sul; Rodrigo Junqueira (ISA) vai relatar o andamento da campanha 'Y Ikatu Xingu; Eleutério Langowski (APROMAC/PR) apresentará as iniciativas de sua entidade na restauração de APPs, Gilberto Tiepolo (TNC) também comentará as ações da sua organização na recuperação dessas áreas e Fernando Pinto (IPMA/AL) vai expor o trabalho de regeneração florestal em APP no setor sucroalcooleiro no Nordeste.

A assessora de comunicação da RMA, Sílvia Franz Marcuzzo, será uma das facilitadoras do Grupo de Trabalho 4, que tratará de Educação Ambiental, Comunicação e Difusão, na sexta-feira, dia 14. Os grupos formularão propostas de encaminhamentos para estimular a restauração das APPs.

RMA participa do III Jamboree em Brasília

De 16 a 21 de julho, Brasília receberá o III Jamboree Nacional (encontro do movimento escoteiro), no Parque da Cidade. O evento espera receber mais de três mil jovens, com idades entre 11 e 17 anos. No Jamboree serão ministradas atividades educativas, com abordagens culturais, sociais, cívicas, ecológicas e físicas (aventura). Dentre essas atividades estão a Feira de Projetos & Oportunidades, onde a RMA terá um estande para divulgar os seus trabalhos e de suas filiadas.

Os jovens que forem ao estande poderão conhecer um pouco mais sobre o bioma, suas principais ameaças e desafios. Além disso, os visitantes terão acesso aos livros, e outras publicações da Rede. Também haverá a Aldeia Global onde serão desenvolvidas oficinas educativas. A RMA apresentará a oficina "Planejando Paisagens", em parceria com a APREMAVI (SC). Na oficina, os escoteiros participarão de um jogo de tabuleiro gigante que visa conscientizá-los sobre a importância do planejamento de paisagens na preservação do meio ambiente.

RMA pede proteção a jornalista ameaçado de morte

A RMA enviou carta ao Secretário Especial dos Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi, solicitando empenho e urgência na apuração dos fatos envolvendo a ameaça de morte ao ambientalista e jornalista Vilmar Berna.

O jornalista, atuante na região metropolitana do Rio de Janeiro, tem recebido telefonemas e recados de vizinhos que o alertam sobre a possibilidade de ser assassinado. As ameaças partiriam de pessoas incomodadas pela presença do ambientalista na comunidade do Cascarejo, na enseada de Jurujuba, em Niterói, RJ. Berna registrou as ameaças na Polícia Civil. Inicialmente, contratou dois seguranças. Por falta de dinheiro, eles foram dispensados depois 15 dias de trabalho. Ele vem recebendo ameaças desde o final de maio.

Quem quiser reforçar a ação, pode enviar suas cartas para:

Paulo de Tarso Vannuchi
Secretario Especial dos Direitos Humanos
Telefone: (61) 3429.3142 e fax: (61) 3226-7980
E-mail: adeyde.viana@sedh.gov.br (secretária)

Oficinas do PDA para região Sul já têm data marcada

A Rede de ONGs da Mata Atlântica, informa que estão abertas as inscrições para as oficinas de capacitação na região Sul para a terceira chamada do PDA Mata Atlântica.

A capacitação para as entidades catarinenses e gaúchas será nos dias 25 e 26 de julho, em Lages, SC, provavelmente na sede da Uniplac. As ONGs que têm projetos em áreas de Mata Atlântica, especialmente em Floresta com Araucária, devem entrar em contato com Natal Magnanti (Centro Vianeí) pelo e-mail: natal_vianeí10@brturbo.com.br ou vianeí10@brturbo.com.br, fone (49) 3222-4255 ou Stefano Ilha (Ecocitrus) pelo e-mail: stefanoilha@yahoo.com.br (com cópia para carol.rma@terra.com.br) ou pelo fone (51) 9225-8300 / (51) 3632 4824.

Já as organizações do Paraná, terão a oficina nos dias 27 e 28 de julho, provavelmente em Curitiba em local a ser definido. Os interessados devem entrar em contato com Luís Cláudio Bona da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA) pelo e-mail: bona@aspta.org.br (com cópia para carol.rma@terra.com.br) ou pelo fone (42) 3523 4074.

Cada instituição pode enviar, no máximo, dois participantes e as despesas de participação na oficina (hospedagem, alimentação e transporte) serão de responsabilidade de cada entidade.

As organizações de outros Estados que queiram participar de uma oficina do PDA, favor entrar em contato diretamente com a Secretaria Executiva da RMA pelo e-mail: carol.rma@terra.com.br.

Capacitação do PDA no Nordeste está em andamento

Pernambuco, Alagoas e Sergipe

Para organizações de Pernambuco, Alagoas e Sergipe as oficinas começam hoje (12) e vão até sexta-feira, dia 14 de julho, em Maceió (AL), no endereço: Recanto Sagrado Coração de Jesus, rua Adolfo Gustavo, nº 390, Serraria, Maceió.

Os interessados devem entrar em contato com Sandro Gusmão do Centro Sabiá (PE) pelo e-mail: atlantica@centrosabia.org.br (com cópia para carol.rma@terra.com.br) ou pelo fones (81) 9615-1903 / 3223-3323 / 3323-7026

Rio Grande do Norte e Paraíba

Para os Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, o encontro, iniciou na segunda, dia 10, e encerra hoje, dia 12, em João Pessoa, na Pousada Maresia (antiga Pousada Las Palmas) Av. Cabo Branco, 3932 - praia de Cabo Branco, fone (83)3226-1152.

Informações com Ari (Pastoral do Migrante) pelo e-mail: spmne2@hs24.com.br (com cópia para Andréa: andalice@uol.com.br, Joaquim: joaquim@aaccrn.org.br e Ana Carolina: carol.rma@terra.com.br)

Ceará e Piauí

A capacitação para as entidades do Ceará e Piauí será de 19 a 21 de julho no município de Sobral, CE. Os interessados devem entrar em contato com Narciso Mota CETRA (Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador), fones (85) 3463 9114 (residência) / (85) 9947-5226 ou pelo e-mail: narcisofmota@bol.com.br ou Felipe Pinheiro, fone (85) 8847-3113, e-mail: felipe@cetra.org.br ou Carla Galiza, fones (85) 3247-1660 ou 3247-1659, e-mail carla@cetra.org.br (com cópia para carol.rma@terra.com.br).

PDA pede leitura antecipada do edital

A equipe do PDA solicita aos participantes a leitura antecipada do edital: Componente Ações de Conservação da Mata Atlântica – Chamada 3 (disponível em www.mma.gov.br). Também ressalta que quanto mais adiantado estiver o processo de elaboração dos projetos mais os grupos aproveitarão as atividades da capacitação.

:: ONGs em ação

Novo mapeamento para Mata Atlântica estará pronto em setembro

O primeiro mapeamento completo de todo o Bioma Mata Atlântica está sendo elaborado em parceria pelo Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (Iesb), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com o apoio do Probio-MMA e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O levantamento engloba os Estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso do Sul, conforme os novos limites do bioma recentemente definidos pelo IBGE e MMA. O trabalho deve estar concluído em setembro deste ano, quando os resultados serão anunciados pelo MMA, juntamente com os resultados dos outros 5 Biomas brasileiros, que também estão sendo mapeados.

O trabalho iniciou em abril de 2005, quando foi assinado o convênio com o MMA. O levantamento utiliza imagens do satélite Landsat 7, mas conforme os coordenadores do projeto Marcelo Araújo (Iesb) e Carla Madureira (UFRJ), também podem ser utilizadas

imagens de outros satélites como SPOT ou CBERS, conforme a disponibilidade de imagens sem nuvens. As imagens devem ser prioritariamente do ano de 2002, selecionado como ano base do mapeamento, mas isto também vai depender da disponibilidade de imagens sem nuvens, podendo ser utilizadas imagens do período entre 1999 e 2005.

Para garantir a qualidade do mapeamento foram realizadas checagens em campo nos diversos Estados abrangidos pelo Bioma.

A engenheira cartógrafa Carla Madureira Cruz, professora do Departamento de Geografia da UFRJ e o geógrafo Raúl Sanchez Vicens, professor da Universidade Federal Fluminense, integram a coordenação dos trabalhos, junto com o agrônomo Marcelo Araujo, do IESB. Para aqueles que tiverem interesse em informações adicionais haverá uma apresentação dos trabalhos, amanhã, dia 13 de julho, na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, e no dia 18 de julho, próxima terça-feira, em São Paulo, durante o GeoBrasil 2006.

Os dados serão disponibilizados ao público pelo MMA. Inclusive as imagens de satélite utilizadas já estão disponíveis gratuitamente no site <http://mapas.mma.gov.br/mapas/mma/imagenssat/>

Mapeamento apresentará situação dos remanescentes

Até o momento, a maior referência de mapeamento dos remanescentes florestais do Bioma Mata Atlântica são os Atlas dos Remanescentes Florestais elaborados pela Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Esses dados vêm sendo produzidos desde 1990, aprimorando-se cada vez mais sua escala de levantamento. A inovação com relação ao Mapeamento dos Remanescentes da Cobertura Vegetal do Bioma Mata Atlântica, em 1:250.000 (edital do PROBIO/MMA no 03/2004) é a identificação dos remanescentes de formações não florestais além das áreas antrópicas, em toda a área de abrangência do bioma (aproximadamente 1.100.000 km²). Essa informação adicional permitirá, dentre outras aplicações, avaliar o grau de ameaça aos remanescentes em função da ocupação predominante no seu entorno, explica Araújo.

A legenda final vai diferenciar as coberturas naturais (formações e sub-formações florestais, formações pioneiras – mangue e restingas, comunidades aluviais e comunidades relíquias) e o antropismo (áreas urbanas, reflorestamento, pastagem, agricultura, vegetação secundária e outros usos – solo exposto e queimadas não identificados).

Atualmente, as regiões Sul e Sudeste estão em processo de edição final e acabamento. A região Nordeste, apresenta a situação mais complexa devido à constante interferência de nuvens.

Livro apresenta soluções para espécies invasoras

O livro “A crescente ameaça das espécies exóticas invasoras - América do Sul Invadida” - é uma publicação do Programa Global de Espécies Invasoras (GISP), que é indispensável na biblioteca de entidades e de ambientalistas preocupados com a segunda causa da perda da biodiversidade no mundo. Árvores, como o pinus, as acácias, o cinamomo, a uva-do-japão, arbustos, como a mamona, o tojo e a amoreira-preta, gramíneas, animais (mamíferos, aves, insetos e invasores aquáticos), pragas como a broca-do-café, a cochonilha-dos-cítricos e até as principais espécies sul-americanas que estão trazendo muitos problemas em outros continentes, como o aguapé, o ratão-do-banhado e o sapo-cururu estão entre os exemplos de diversos grupos de espécies abordados pela obra.

O trabalho tem o embasamento técnico de pesquisadores de vários países sul-americanos, ilustrações, fotografias e sugestões de encaminhamentos para resolver cada um dos problemas ocasionados pelas invasoras.

A publicação alerta para importância do uso do princípio da precaução em que se fundamenta a Convenção Internacional da Diversidade Biológica. “As pessoas precisam deixar de carregar plantas e sementes de um ambiente para o outro, de cultivar espécies invasoras sem critério, de libertar animais de estimação na natureza. É preciso que os produtores controlem as espécies exóticas invasoras que utilizam assim como é preciso encontrar alternativas compatíveis com a sustentabilidade ambiental e social em longo prazo”, argumenta Sílvia Ziller, fundadora e diretora executiva do Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental e coordenadora do Programa de Espécies Invasoras para a América do Sul, da TNC. E completa: “muitas soluções são possíveis, simples e baratas em termos técnicos, porém se tornam complexas ao envolver interesses humanos conflitantes, e acima de tudo, falta de conhecimento científico e de cuidado com a biodiversidade”, diz a pesquisadora no prefácio do livro.

Como adquirir

A distribuição do livro está sendo realizada prioritariamente para universidades, unidades do IBAMA, secretarias de meio ambiente, entre outros públicos prioritários. A tiragem é de apenas mil exemplares em português, mil em espanhol e 500 em inglês.

As instituições que tiverem interesse podem fazer solicitação por e-mail para invasoras@tnc.org. O livro também está em formato eletrônico, podendo ser feito download através do site do www.gisp.org em Publications.

Mais informações no site www.institutohorus.org.br

E pelo e-mail sziller@institutohorus.org.br

Fone/fax (41) 3253-0886

Novo programa busca recuperar zona costeira da Mata Atlântica

O Programa para Conservação das Zonas Costeira e Marinha sob Influência do Bioma Mata Atlântica, foi lançado no último 30 de junho pela Fundação SOS Mata Atlântica. O projeto irá fazer, inicialmente, o diagnóstico da situação ambiental da costa brasileira, desde o delta do Parnaíba, no Piauí, até o arroio Chuí, no Rio Grande do Sul. A Fundação. SOS já conta com R\$ 1 milhão, doação da empresa mineroquímica Copebrás, para tocar a fase inicial do projeto. Depois da fase de diagnóstico deve ser lançado, em novembro, um edital para definir a distribuição da verba para projetos em áreas prioritárias do litoral brasileiro. A intenção é proteger e recuperar trechos de estuários, manguezais e restingas, essenciais para a biodiversidade costeira e muito degradados no País.

Leia mais no site www.ecopress.org.br

Fonte: Folha de S.Paulo

Governador de Santa Catarina vende área de Parque Estadual

No dia 26 de junho, a Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses (FEEC) protocolou no Ministério Público do Estado de Santa Catarina uma representação contra ato do Governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira.

Na representação a FEEC, encaminhando pleito de diversas entidades da região de Florianópolis, alega que, mais uma vez, o Governo do Estado de Santa Catarina promove atentado ao Parque Florestal do Rio Vermelho, perpetrado através da edição do Decreto nº 4.273 de 28 de abril de 2006, pelo qual área de 14.570.702,59 m² do Parque é transferida à empresa SC Parcerias, uma Sociedade Anônima.

O Governo de Santa Catarina assim agindo insiste na obsessiva pretensão de repassar a iniciativa privada terras públicas legalmente protegidas e, reincide na flagrante ilegalidade do ato administrativo utilizado para perpetrar tal feito, qual seja a edição de decreto. Tanto o SNUC quanto o SEUC são enfáticos ao afirmar "A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feito mediante lei específica". Mas o Governo de SC é o mesmo que através de uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) questiona no STF o próprio SNUC. Não por acaso SC se destaca como um dos Estados líderes no desmatamento da Mata Atlântica.

Pelo exposto fica evidente que o Governo de Santa Catarina comete duplo atentado a Princípios Constitucionais, pois não observa a legalidade de seus atos (Art. 37 da CF-88) e, desconsiderando todo o clamor social para a efetivação de um espaço legalmente protegido, prefere "doar" o mesmo para a iniciativa privada, comprometendo assim a própria Moralidade de seus atos. Essa atitude motivou a emissão de Moção de Repúdio dos participantes do IV Fórum da Cidade de Florianópolis, realizado no dia 24 de junho pp.

Não bastasse ser um espaço legalmente protegido, a área do Parque Florestal do Rio Vermelho figura como Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e a edição do Decreto nº 4.273/06 não foi precedida sequer de consulta ao respectivo Comitê Estadual. O próprio Comitê já se pronunciou, em diferentes momentos, recomendando a imediata regularização do Parque Florestal do Rio Vermelho, inserindo-o definitivamente no Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza, a luz do preconizado pela Lei Estadual nº 11.986/01.

Fica assim evidenciado que a edição do Decreto nº 4.273/06 se insere como flagrante ilegalidade e imoralidade de ato do Exmo. Sr. Governador do Estado de Santa Catarina em exercício, Eduardo Pinho Moreira, devendo o mesmo ser considerado nulo. A imediata anulação do referido Decreto mostra-se como medida inadiável para a garantia de Direitos Fundamentais do Povo Catarinense, recepcionados na Constituição Federal, e solicita a FEEC que o Ministério Público de Santa Catarina promova as devidas e necessárias medidas para a apuração e responsabilização decorrentes.

Fonte: Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses (www.feec.com.br)

Interesses econômicos e ambientais se confrontam em torno de Abrolhos

Primeira Unidade de Conservação da categoria, criada em 1983, o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos pode ter a sua Zona de Amortecimento – ZA - alterada a pedido de seis senadores da Bahia e do Espírito Santo. Eles querem a anulação da Portaria nº 39/2006 do Ibama, que estabelece a ZA e as normas de uso de ocupação.

O Projeto de Decreto Legislativo de autoria do senador João Batista Motta (PSDB/ES) já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e segue para votação em Plenário, ainda sem data definida.

"Não tem cabimento uma matéria que depende de desapropriação de terras privadas ser conduzido através de uma portaria de um órgão de terceiro escalão", argumenta o senador Motta. "Para desapropriar precisa de lei, o que é feito pelo Congresso Nacional".

Ele alega ainda que a portaria inviabiliza atividades econômicas em 380 Km de comprimento, no sentido norte/sul e 280 Km, no sentido leste/oeste. "Isso significa que lá em Nanuque, no Estado de Minas Gerais, para uma fazenda construir um curral, vai ter que pedir autorização do Ibama", ilustra.

O deputado federal Fernando Gabeira (PV/RJ) propõe a realização de uma Audiência Pública na Câmara para discussão da matéria. Nesta quarta, dia 12, ele deve colocar a proposta em pauta, segundo informações de Marcello Lourenço, chefe do PARNAM dos Abrolhos/Ibama, para quem a proposta dos senadores não será aprovada.

Lourenço diz que ela atende claramente os interesses do senador que é sócio, juntamente com cinco parentes próximos, de um empreendimento de carnicultura (criação de camarões), que está sendo proposto em Caravelas, na Bahia, na região do Parnam. "Trata-se de legislação em causa própria", disse a AmbienteBrasil.

O senador João Batista Motta assume que é um dos 26 cooperados do empreendimento de carnicultura Coopex - Cooperativa de Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia -, que pretende se instalar nos municípios de Caravelas e Nova Viçosa, em uma área superior a mil hectares.

Mas refuta a acusação de estar defendendo interesses comerciais próprios informando que, mesmo na possibilidade de continuar a vigência da portaria do Governo Federal, a Coopex em nada seria prejudicada. Primeiro, porque a única atividade econômica proibida por essa legislação é a prospecção de gás natural. "A portaria não cita piscicultura, nem carnicultura", diz Motta.

Em segundo lugar, garante ele, o Ibama vai licenciar o empreendimento simplesmente por falta de motivos para não fazê-lo. "O que se quer é desenvolvimento sustentável. O grupo está fazendo tudo dentro da legalidade", assegura o senador, argumentando que as acusações procuram "desqualificar o debate".

Mas talvez o licenciamento não seja tão simples. O projeto da Coopex tem causado protestos de ambientalistas e pescadores artesanais da região e conta com oposição também dentro do Ibama. A atividade é considerada altamente poluidora, e os efluentes despejados pelos tanques de camarão afetariam os manguezais que servem de berçário às espécies de peixe do banco dos Abrolhos, o maior conjunto de recifes do Brasil.

O Ministério Público contesta o empreendimento. Mas, no fim de abril, o Tribunal de Justiça autorizou o governo baiano a seguir com seu licenciamento.

O gerente do Ibama na região, José Augusto Tosato, disse à Folha de S. Paulo que será feita uma "análise profunda" do projeto de carnicultura e seus impactos. "O empreendimento é preocupante, mas precisamos decidir com base em dados frios", colocou.

Conforme estimativa do senador Motta, o projeto da Coopex deve gerar em torno de dois mil empregos - "para gente humilde, que o computador não tem como substituir".

O Decreto Legislativo aponta prejuízos econômicos e sociais decorrentes da não exploração comercial de recursos da região, inclusive do petróleo. Mas o chefe do Parnam, Marcello Lourenço, afirma que a Zona de Amortecimento não pode ser considerada uma nova Unidade de Conservação, mas, sim, um instrumento de ordenamento. A limitação refere-se à exploração de hidrocarbonetos em uma parte do local, segundo ele, fazendo questão de frisar que isso representaria muito pouco, visto que o Brasil anunciou recentemente a auto-suficiência em petróleo.

Lourenço defende ainda a importância do parque para a região. O aumento da população de peixes na área da UC beneficia também as áreas externas a ele, a partir de uma migração que aumenta a dinâmica pesqueira na Bahia. A atração turística é apontada como mais um destaque do parque, que recebe cerca de 10 mil visitantes anualmente, ávidos por apreciar suas belezas naturais e as baleias jubartes que costumam ser vistas na área.

CPI do Ibama

O senador João Batista Motta antecipou a AmbienteBrasil que está para ser proposta uma "CPI do Ibama", cujo objetivo principal é "mostrar que dinheiro internacional está sendo aplicado no Brasil para fazer esses projetos que inviabilizam o crescimento econômico".

"Eles não são ambientalistas, são representantes de grupos econômicos de outros países", diz o senador João Batista Motta, para quem já existem elementos concretos a subsidiar a proposta da CPI do Ibama. "Estamos só esperando o momento oportuno".

Independente da validade da idéia ou não, o parlamentar faz uma exigência justa, compartilhada por muita gente no Congresso e no meio ambientalista: ao criar Unidades de Conservação, o Governo Federal deveria ao menos ser obrigado a apresentar a dotação orçamentária destinada ao pagamento de eventuais desapropriações.

Fonte: Ambiente Brasil

Coordenador da RMA rebate as acusações de senador

"O senador João Batista Motta está legislando em causa própria por ser um dos cooperados da Coopex", argumenta Renato Cunha, do Grupo Ambientalista da Bahia e um dos coordenadores da RMA. Para Cunha, o político está interessado apenas em implantar o maior empreendimento de carcinicultura do País, em Caravelas, dentro da área de amortecimento do Parque Nacional Marinho de Abrolhos.

"Se o Senado aprovar isso, sem estudo, avaliação, levaria em consideração apenas os interesses econômicos e políticos ao invés da proteção de uma área importantíssima do Atlântico Sul Ocidental, sob o ponto de vista da biodiversidade", alerta o ambientalista.

Com relação as acusações do senador contra a atuação das ONGs internacionais, Cunha comenta: "é um argumento muito fácil utilizado por setores contrários a proteção ambiental". Ele salienta que a maior parte das entidades que vem lutando contra a instalação da fazenda de carcinicultura são nacionais e com atuação local.

:: Eventos

Biodiversidade no Sul da Bahia é tema de oficinas

Nos dias 18 e 19 de julho, em Ilhéus (BA), acontecerá uma oficina de planejamento sobre as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade do Sul da Bahia e as ações prioritárias e principais ameaças. O evento será no Centro de Treinamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). É uma promoção do Subcomite Região Sul da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, junto com IESB, Centro de Recursos Ambientais da Bahia (CRA), Ceplac e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Para subsidiar as discussões, um documento preliminar encontra-se disponível no site do IESB. O número de participantes é limitado, os interessados devem confirmar a participação no site: www.iesb.org.br

São Paulo terá conferência sobre transporte sustentável e mudanças climáticas

São Paulo será sede da Conferência e Exposição Bianual "Transporte sustentável: Correlações com Mudanças Climáticas e Melhoria do Ar", uma conferência internacional sobre transporte urbano e meio ambiente, que acontecerá de 25 a 27 de julho, no Palácio das Convenções do Anhembi. O evento se propõe a discutir as correlações entre transporte sustentável, mudanças climáticas e melhoria da qualidade do ar. E enfocará a implementação de programas de transporte sustentável nas cidades latino-americanas através de experiências bem sucedidas de melhoria na qualidade do ar. As inscrições são gratuitas.

Informações: <http://www.cleanairnet.org/saopaulo>

Fonte: Agência Envolverde

Museu de pesca de Santos dará curso sobre conservação de aves marinhas

De 17 a 19 de julho, o Museu de Pesca de Santos (SP) promove o I Curso de Biologia e Conservação de Aves Marinhas do Projeto Albatroz. No curso os interessados poderão conhecer mais sobre a biologia dessas aves e entender porque elas encontram-se tão ameaçadas.

A inscrição custa R\$ 100,00. Dispõe de 50 vagas.

Informações: www.projetoalbatroz.org.br, pelo e-mail: hazevedo@iron.com.br e pelo telefone: (13) 3261-4039.

Rio Grande do Sul terá feira sobre sementes

De 4 a 6 de agosto acontece a 3ª Feira Estadual de Sementes Crioulas e Tecnologias Populares em Canguçu/RS.

Informações: (53) 3252.4216 / 3252.1011 ou (53) 8122.5721 c/ Demaicon ou unaicfeira@gmail.com www.unaic.com.br

Moji Guaçu terá curso de atualização de áreas degradadas

Moji Guaçu (SP), será sede do curso de atualização em recuperação de áreas degradadas (RAD), entre os dias 10 e 12 de agosto. O evento dará ênfase às matas ciliares do interior paulista e ao simpósio regional sobre áreas degradadas do Estado de São Paulo.

Informações: www.ibot.sp.gov.br

Segundo Congresso Brasileiro de Emergências Ambientais será nos dias 7 e 8

Nos dias 7 e 8 de agosto, acontecerá a segunda edição do Congresso Brasileiro de Emergências Ambientais, em São Paulo (SP). Terão ênfase a elaboração e a implementação dos planos de emergência e os casos efetivamente atendidos. Será apresentado um painel abrangente da situação brasileira em termos de atendimento às emergências ambientais mostrando esse universo nas localidades industriais (emergências internas e externas); danos e responsabilidades ambientais; a atuação das agências ambientais em situações de emergência; a nova realidade no cenário brasileiro e o papel das empresas especializadas; emergências químicas (atendimento e ações preventivas); os planos de emergência e a comunicação ambiental, entre outros temas.

Informações: (11) 3917-2878 c/ Juliana Andrade no e-mail: rmai.eventos@uol.com.br

:: Políticas Públicas

Estão abertas inscrições para o Conselho da APA Cananéia

Até o dia 21 de julho, Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental Cananéia Iguape Peruíbe (CONAPA CIP) está convocando os órgãos públicos e entidades que desenvolvam atividades relacionadas à região e demais interessados com territórios ou parcelas que estejam inseridos na APA CIP, as entidades representativas do Setor Produtivo que operem na região ou cuja área de influência abranja a região e as organizações civis, sem fins lucrativos, que possuam representação ou atuação nos municípios abrangidos pelo perímetro da Área de Proteção Ambiental Cananéia Iguape Peruíbe (APA CIP) para se cadastrarem no IBAMA em Iguape (SP) para concorrerem à eleição de quatro representantes e suplentes para integrarem o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe (APA CIP). A reunião de eleição será no dia 9 de agosto. Os mandatos são de dois anos.

Projetos para o FNMA devem ser enviados até 10 de agosto

As instituições públicas nacionais e entidades privadas brasileiras sem fins lucrativos têm prazo até o dia 10 de agosto deste ano para apresentar projetos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA). Depois dessa data, os projetos de demanda espontânea (apresentados sem o chamado de um edital especificando temas e prazos) só serão recebidos depois de fevereiro de 2007.

Segundo Elias Araújo, diretor do FNMA, cerca de 200 projetos aguardam análise. O orçamento para este ano é de R\$ 19,5 milhões, recursos que vêm principalmente do Tesouro Nacional, e de doações nacionais e estrangeiras. No conselho deliberativo, a sociedade civil organizada tem assento, com um representante de cada região do país, substituído bienalmente.

Nos últimos 16 anos o FNMA já, financiou 1.300 projetos, no valor de R\$ 170 milhões.

Podem enviar projetos ao fundo instituições públicas governamentais (federais, estaduais ou municipais) e organizações privadas brasileiras sem fins lucrativos. As últimas devem ter pelo menos dois anos de existência legal e apresentar no estatuto o trabalho ambiental como objetivo da entidade.

Fonte: Agência Brasil

:: Extinção

Coruja descoberta já está em extinção

O caburé-de-Pernambuco (*Glaucidium mooreorum*) é uma espécie de coruja, identificada por pesquisadores em 2004, mas já ameaçada de extinção.

A ave tem cerca de 15 centímetros e vive na copa das árvores da Mata Atlântica pernambucana. De plumagem marrom, a ave se disfarça no meio dos galhos e das folhagens, dificultando a observação. Alimenta-se de pequenas aves e roedores, além de insetos. Sua área de caça, porém, é pequena e cada vez mais fragmentada. A ave foi vista pela primeira vez a 60 quilômetros do Recife. A preservação da Mata Atlântica é essencial para a conservação da espécie.

Fonte: Ibama PE/Ambiente Já

130 das espécies de aves descritas atualmente foram extintas

Desde o fim do século 15, 1,3% das 10 mil espécies de aves atualmente descritas foram extintas. Estima-se que hoje, a cada quatro anos, uma espécie desaparece. Segundo estudo feito nos Estados Unidos, a situação é ainda pior. Para os autores da pesquisa, publicada dia três de julho na edição on-line da revista Proceedings of the National Academy of Sciences (Pnas), as taxas atuais estão muito subestimadas.

Para Peter Raven, diretor do Jardim Botânico de Missouri e um dos autores do trabalho na costa brasileira há muitas espécies raras de aves vivendo em pequenos grupos, o que dificulta bastante a manutenção desse grupo taxonômico. Aliado a isso, está a população humana ou o uso da terra em crescimento elevado. Por conta desses problemas, e do maior conhecimento científico os pesquisadores defendem uma atualização na taxa de extinção das aves de, aproximadamente, uma extinção a cada ano.

Diante desse diagnóstico, e da estimativa de que a taxa possa crescer até dez vezes até o fim do século, o que significaria o fim de todas as espécies de aves, o próprio Raven indica o

caminho para que tais animais, principalmente os raros, sejam preservados. Caminhos como a criação de parques naturais, fragmentos de mata conservados e o uso de fertilizantes e pesticidas ser usado de forma mais espaçada.

Fonte: Agência Fapesp

Dióxido de carbono aumenta acidez de oceanos e ameaça corais

O nível cada vez mais alto de dióxido de carbono na atmosfera está tornando a água dos oceanos mais ácida, dizem cientistas. Eles advertem que, no final do século, essa tendência poderá dizimar os recifes de coral e todas as criaturas que encontram alimento no mar. Segundo a Coral Reef Task Force (Força-Tarefa de Recifes de Corais), dos EUA, 70% dos recifes do mundo estão ameaçados e 20% não podem mais ser recuperados. Cientistas e políticos apenas começaram a se concentrar na questão da acidificação dos oceanos e já perceberam que se trata de uma das mais impressionantes ameaças ambientais. "É a maior mudança ambiental que chegou ao meu conhecimento em toda a minha carreira", diz Thomas Lovejoy, presidente do Centro de Ciência H. John Heinz III.

Fonte: O Estado de S. Paulo

Balaio

Rio Grande do Sul terá recursos para prevenir acidentes ambientais

Por 43 votos a um, os deputados gaúchos aprovaram projeto de lei do Executivo, com uma emenda, que vincula recursos e especifica suas fontes à Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (CE-P2R2), criada em 2005. A votação do PL 279/2006 ocorreu na sessão plenária do dia quatro de julho.

De acordo com o PL, serão dez as fontes de recursos da CE-P2R2. Entre elas, estão a dotação orçamentária do Estado, transferências da União, produto da alienação de materiais ou equipamentos, doações e auxílios de entidades públicas e privadas, 10% do Fundo Estadual do Meio Ambiente, e 15% do montante arrecadado pela Polícia Rodoviária Estadual com infrações cometidas no transporte rodoviário de produtos perigosos.

Fonte: Jornal Ibiá/Ambiente Já

Número de bactérias na Mata Atlântica surpreende pesquisadores

O número de bactérias na Mata Atlântica é infinitamente maior do que se imaginava. Estudo publicado na última edição da "Science" e assinado por cientistas brasileiros e americanos sustenta que a floresta teria de 2 a 13 milhões de espécies de bactéria completamente desconhecidas da ciência. Em todo o mundo, até hoje, foram descritas de cinco a seis mil espécies de bactérias. Os pesquisadores descobriram que, em uma única árvore da Mata Atlântica, podem viver de 95 a 671 espécies diferentes.

Fonte: O Globo, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo

Ambientalistas fazem ato contra julgamento

Na terça, 4 de julho, ambientalistas protestaram na porta do Fórum de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense (RJ), para pressionar o Tribunal de Justiça (TJ) do Rio a anular o julgamento que inocentou o caçador Leonardo de Carvalho Marques pelo assassinato do ativista Dionísio Júlio Ribeiro. Defensor da Reserva Biológica do Tinguá, Ribeiro foi morto em fevereiro de 2005. Marques, que havia confessado a autoria do crime ao ser preso, voltou atrás e apresentou-se à Justiça como inocente. Foi absolvido pelo júri no último dia 20. O ativista vivia sob a ameaça de caçadores e grupos que até hoje extraem ilegalmente areia e palmito, numa área de 26 mil hectares em três municípios da Baixada.

Fonte: O Estado de S. Paulo

O Projeto mar sem fim percorre a costa brasileira

O Projeto Mar Sem Fim é uma série da TV Cultura de SP que está percorrendo de veleiro os oito mil quilômetros da costa brasileira, levantando os aspectos socioambientais. O programa já mostrou os mais diversos ecossistemas e culturas das populações tradicionais de todo o litoral Norte e Nordeste do Brasil, como também abordou os maiores problemas ambientais e interferências humanas sofridas pelo litoral brasileiro. O programa tem episódios que duram meia hora e são veiculados pela TV Cultura todo domingo. Até o momento foram percorridos doze estados litorâneos em 4.368 milhas náuticas, equivalente a 7.862 km.

O projeto foca todos os temas que envolvem navegação e a riqueza existente na orla brasileira, com a equipe embarcada e em terra.

Fonte: Projeto Mar sem Fim (www.marsemfim.com.br)

Expediente

Criada em 11/06/92 na ECO 92, a Rede de ONGs da Mata Atlântica tem como objetivo o intercâmbio de informações e a articulação entre as entidades que atuam em defesa da Mata Atlântica.

O boletim Últimas da Mata Atlântica é o veículo de comunicação quinzenal da RMA.

Coordenação eleita na última assembléia: Titulares: Apremavi/SC, Apromac/PR, Associação Serras Úmidas/CE, Gambá/BA, Mopec/SE, NAT/RS, Roda Viva/RJ, Vidágua/SP, Proter/SP

Suplentes: Assecan/RS, Cepedes/BA, Ecoa/MS, Gescq/PE, Ipema/ES, ISMECN/MG, Vale Verde/SP, STV/RN, Terra Mater/PR

Secretaria Executiva:

SCLN 210, bloco C, salas 207/208 CEP: 70862-530 Brasília - tel.: 61-349-9162
e-mail: bruno.rma@terra.com.br; eliana.rma@terra.com.br; carlos.rma@terra.com.br;
carol.rma@terra.com.br

Jornalista Responsável: Sílvia Franz Marcuzzo Reg.Prof. 7551 MTb/RS
silvia.rma@terra.com.br tel.: 61. 32017017

Estagiária de jornalismo: Suélen Trevisan Koch

*Os textos deste boletim podem ser utilizados, desde que citada a fonte.